

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Trump e o grande prejuízo para Petrópolis

O jornal Estado de São Paulo, em matéria assinada pelo jornalista Daniel Wetermam, trouxe, ontem, a relação das cidades brasileiras mais prejudicadas pelo tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Petrópolis, no meu estado do Rio de Janeiro, é a quinta cidade do Brasil que mais irá sofrer com a covardia e a burrice do famigerado Trump. A cidade é um grande pólo metal-mecânico com importantes empresas em setores de grande valor agregado.

O prejuízo para as empresas de Petrópolis será em torno de 203.770.658 milhões de dólares, mais de 1 bilhão de reais! Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil).

O governo de Donald Trump aplicou uma tarifa adicional de 25% a diversos produtos brasileiros que entrou em vigor na última quarta-feira. Não satisfeito, dois dias depois, na sexta-feira, acrescentou uma nova tarifa de 12,5%. Somadas, chegam a 37,5% para uma lista de produtos exportados. Os principais produtos sujeitos à dupla tributação são madeira, máquinas e equipamentos, rochas naturais, calçados, gorduras vegetal e animal e armas.

Nossa cidade imperial sedia a GE Celma (GE Aerospace), responsável pela manutenção de motores aeronáuticos, e tem alta exposição ao mercado norte-ame-

ricano na prestação de serviços a companhias aéreas americanas. Além de Petrópolis, a cidade de Três Rios também irá sentir o baque, pois há uma grande unidade da GE Celma na cidade.

Outra empresa petropolitana que irá sentir o famigerado tarifaço de Donald Trump será a Dentsply Sirona, de produtos odontológicos. A Carl Zeiss Vision, que produz lentes oftálmicas. A Alfa Laval tem grande exposição do seu faturamento ao mercado norte-americano, com a produção de equipamentos industriais. Também produtora de componentes industriais, a empresa Matheiss Borg está no rol das companhias petropolitanas atingidas pela tarifação. A companhia Despi, responsável por produtos industriais, tem alta exposição na exportação de seus produtos ao mercado dos Estados Unidos, e já relatou perda de vendas e adiamento de investimentos em razão das barreiras comerciais americanas.

Além das já mencionadas Petrópolis e Três Rios, outras cidades fluminenses também sofrerão com o tarifaço de Donald Trump: Resende, Porto Real, Itatiaia, Volta Redonda, Barra Mansa e Nova Friburgo.

No ranking do MDIC e da Amcham, Piracicaba será a mais atingida com um prejuízo em suas exportações da ordem de 5 bilhões de reais anuais.

O que mais me impressiona é ter políticos brasileiros que colocam bonés de Trump na cabeça e o cultuam

como líder político. Isso é vergonhoso!!

Trabalhadores brasileiros perderão seus empregos, cidades, estados e o país perderão receitas, e diversos empresários poderão quebrar por essa irresponsabilidade de Donald Trump, que está desesperado pelas pesquisas eleitorais que apontam a derrota do seu partido Republicano para o partido Democrata na Câmara e, possivelmente, no Senado americano, nas eleições de novembro desse ano.

A iniciativa de Trump busca falar para o trabalhador médio americano, com uma falsa política protecionista que não dará resultados imediatos e que, a médio e longo prazo, também frustrará o povo americano.

A história de sucesso dos Estados Unidos é vinculada à globalização da economia. De Regan a Bill Clinton, de Bush a Obama, presidentes republicanos e democratas sempre estiveram sintonizados com o comércio internacional e a inserção da vanguarda econômica e criativa do país no cenário internacional.

Trump, na verdade, é a exclamação da decadência que a economia norte-americana corre o risco de viver com o grande crescimento da China e de outros países asiáticos como a Índia, Vietnã e o Japão, além da coesão do Bloco Europeu.

Repito: só brasileiros estúpidos e sem nenhum sentimento de brasilidade para cultuar esse monstro provocador de guerras e desunião chamado Donald Trump.

VINICIUS SOARES

Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

ANPG: 40 anos organizando a inteligência brasileira

Nenhuma dessas conquistas aconteceu por acaso. Direitos não surgem espontaneamente. Eles são resultado da organização coletiva, da capacidade de formular propostas e da disposição permanente de mobilizar a comunidade científica em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento.

Vivemos um momento em que o conhecimento voltou a ocupar o centro da disputa geopolítica mundial. A inteligência artificial, a transição energética, a biotecnologia, a saúde, a defesa e a indústria de alta tecnologia mostram que a soberania das nações dependerá cada vez mais da capacidade de produzir conhecimento, formar pessoas altamente qualifica-

das e transformar ciência em inovação.

O Brasil construiu um dos maiores sistemas públicos de pós-graduação do mundo. Agora precisamos dar o próximo passo. Mestres, doutores, especialistas e residentes precisam estar cada vez mais inseridos na solução dos grandes desafios nacionais, fortalecendo o SUS, a educação, a indústria, o setor produtivo, a transição ecológica e a capacidade tecnológica do Estado brasileiro.

Os 40 anos da ANPG reafirmam uma convicção construída ao longo de toda a sua história. A ciência não avança apenas com laboratórios, editais e equipamentos. Ela avança

quando existe uma comunidade científica organizada, capaz de defender políticas públicas permanentes e compreender que conhecimento é um dos principais instrumentos para construir democracia, reduzir desigualdades e fortalecer a soberania nacional.

Esse continuará sendo o papel da ANPG. Organizar os pós-graduandos brasileiros para fortalecer a ciência e contribuir para que o conhecimento produzido em nossas universidades e institutos de pesquisa esteja cada vez mais a serviço do desenvolvimento do Brasil e da melhoria da vida do nosso povo.

ARTUR MARQUES

Presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo

Servidores da saúde e da educação precisam de apoio psicoemocional

Pesquisa recém-divulgada pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) escancara uma realidade preocupante sobre a situação psicoemocional dos servidores públicos das áreas da saúde e da educação no Estado de São Paulo. Segundo o levantamento, 97,6% dos profissionais do ensino e 81,1% dos que atuam na assistência médico-hospitalar associam algum tipo de sofrimento emocional às condições de trabalho.

Dentre os funcionários da educação, 41% relatam sofrer de ansiedade ou síndrome do pânico, 33,5% convivem com distúrbios do sono e 29,8% apontam quadros de depressão. Quase um quarto dos entrevistados (24,8%) precisou afastar-se do trabalho por questões relacionadas à saúde mental. Na área das unidades de atendimento e hospitais, os índices também são expressivos: 31,9% relatam insônia, 29,4% convivem com ansiedade ou pânico, 25,2% enfrentam depressão e 16% já necessitaram de afastamento por adoecimento psicológico.

Quando um número tão elevado de profissionais de setores prioritários, estratégicos e decisivos para os cuidados com a população, formação escolar das sucessivas gerações e serviços de saúde afirma sofrer emocionalmente em decorrência do trabalho, não estamos diante de casos isolados. Trata-se de um problema estrutural, que precisa ser abordado de maneira urgente e eficaz pelas autoridades competentes.

Os reflexos dos dados revelados pela pesquisa não se limitam à esfera emocional, pois 80,2% dos trabalhadores

da educação e 72,3% dos profissionais da saúde também associam problemas físicos às suas atividades laborais. Mais grave ainda: 60,3% dos servidores da educação e 54,5% dos trabalhadores do sistema médico-hospitalar afirmam ter se afastado do trabalho por motivos de saúde nos últimos anos.

Há uma conexão evidente entre sofrimento psíquico e adoecimento físico. O estresse crônico, a pressão constante, a eventual sobrecarga de trabalho e a ausência de condições adequadas para o exercício profissional acabam se manifestando também em dores musculares, problemas cardiovasculares, distúrbios gastrointestinais e inúmeras outras enfermidades. O corpo passa a expressar aquilo que a mente já não consegue suportar.

Na educação, o cenário parece ainda mais crítico. A pesquisa aponta que 86,3% dos servidores relacionam o uso intensificado de ferramentas digitais ao aumento da vigilância sobre o trabalho, enquanto 78,3% associam essas tecnologias à ampliação das cobranças individuais e das metas. Na visão dos servidores, em vez de servirem exclusivamente para facilitar processos, muitos recursos tecnológicos passaram a representar instrumentos adicionais de controle e pressão.

O resultado é um ambiente profissional cada vez mais exaustivo, segundo apontou a pesquisa. Professores levam atividades para casa, permanecem conectados fora do expediente, convivem com salas lotadas e enfrentam desafios crescentes de gestão de conflitos. Na saúde, o dé-

ficit de pessoal, a alta demanda e o contato permanente com situações de sofrimento humano ampliam o desgaste emocional, conforme os achados do levantamento do DIEESE.

Diante desse quadro, é fundamental o apoio a esses servidores por suas entidades representativas. A AFPESP, por exemplo, mantém iniciativas voltadas ao acolhimento e ao apoio psicológico de seus associados. Entretanto, por mais relevantes que sejam essas ações, elas não podem suprir totalmente ou substituir a responsabilidade do poder público. O enfrentamento do adoecimento mental exige políticas permanentes, estruturadas e abrangentes. Penso ser urgente ampliar programas de assistência psicológica, fortalecer equipes multiprofissionais, melhorar as condições de trabalho, reduzir déficits de pessoal e criar ambiente institucional que valorize a importância dos funcionários para a sociedade.

Cuidar das condições mentais dos profissionais da educação e da saúde, além de fazer justiça a quem atua em áreas decisivas, é uma medida crucial para garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade. A pesquisa do DIEESE cumpriu papel relevante ao dimensionar o sentimento de milhares de servidores.

Entretanto, os dados não podem ficar restritos aos debates acadêmicos, sindicais ou institucionais, devendo subsidiar políticas públicas imediatas para mitigar um problema que, dada a importância da saúde e do ensino, afeta de modo direto a população.